

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO Secretaria Geral Parlamentar

Departamento de Documentação e Informação

DECRETO N. 8

O Vice-Presidente do Estado, para execução do art. 10 da Lei n.15 de 11 de novembro deste anno, manda para a arrecadação do imposto do sello do Estado, a que ficam sujeitos todos os actos emanados de qualquer auctoridade estadual e os negocios da economia deste estado, manda, até a approvação do Congresso Legislativo, que seja provisoriamente executado o sequinte:

REGULAMENTO

CAPITULO I

Do Imposto

- **Artigo 1.º** O imposto do sello é proporcional e fixo e recahe sobre os actos e contractos emanados de qualquer auctoridade estadual e sobre os contractos ou negocios de economia deste Estado, de accôrdo com as tabellas juntas A e B.
- **Artigo 2.º** O pagamento do imposto se fará por meio de verbas das rapartições arrecadadoras, de estampilhas vendiddas nessas repartições e por desconto no acto do pagamento dos vencimentos dos funccionarios activos e inactivos
- **Artigo 3.º** Para o pagamento do sello proporcional dos titulos designados nos §§ 1.º a 3.º da Tabella A o valor será:
- 1.º Nos contractos de arrendamentos, o do preço ajustado para todo o tempo da locação e nos traspassos o correspondente ao tempo que faltar para a terminação do prazo; em falta da estipulação de prazo, a renda de um anno. Em qualquer dos casos, porém, deverá computar-se tambem a quantia estipulada a titulo de joia, entrada, remuneração ou qualquer outra.
- 2.º Nos contractos de emphyteuse e subemphyteuse (quando isentos de impostos de transmissão de propriedade) a importancia de vinte annos de fôro e a joia, si a houver.
- **3.º** Nas fianças prestadas em juizo ou repartições publicas do Estado, o arbitrado ou estabelecido em lei ou regulamento.
- **4.º -** Nos titulos de arrematação de rendas publicas, a lotação do excesso do rendimento que o contracto deve produzir e que constitue as vantagens do arrematante.
- **5.º -** Nas transferencias de apolices da divida publica do Estado, acções de companhias ou sociedades anonymas estabelecidas no Estado e titulos de obrigações ao portador das mesmas sociedades (debentures), o preço da negociação ou transmissão; si o preço não for conhecido, o valor nominal.
- **6.º -** Nos titulos de contractos, em virtude dos quaes se passarem letras na mesma data delles, e que não constituirem por si sós obrigação nova, a

differença entre o valor do contracto e das letras.

Sendo o contracto feito por escriptura publica, o tabellião deverá declarar nella qual a importância do sello das letras e o modo por que foi pago.

No caso de escripto particular, egual declaração será feita no titulo pelo Recebedor e Escrivão do sello, dentro de 30 dias da data do titulo.

- **7.º** Nos contractos de sociedade, o fundo do capital e nas prorogações o accrescimo do capital, si o houver.
- **8.º** Nas dissoluções de sociedades, a quantia que couber ao socio ou socios que se retirarem; ou continuando a sociedade com o mesmo contracto, a importancia que fôr retirada.
- **9.º -** Do capital das companhias ou sociedades anonymas estabelecidas no Estado, suas agencias e caixas filiaes, a importancia das chamadas á medida que se fizerem.
- **10. -** Dos dividendos das companhias e sociedades anonymas, antes da distribuição.
- **11. -** Nos contractos com as repartições publicas em que não se declare o valor total, a quantia mencionada nas ordens de pagamento.
- **12. -** Nos actos em que se convencionar o pagamento por prestações de quantias que não se possam determinar, a importancia de uma annuidade.
- **13.** Nos outros papeis em geral, a importancia declarada nelles.
- **Artigo 4.º** Nos contractos a que se passarem diversos exemplares que deverão ser apresentados ao mesmo tempo e numerados seguidamente, só um pagará o sello, declarando nos outros o Recebedor e o Escrivão de sello o numero do exemplar sellado, o valor do sello pago, a data do pagamanto e o nome de quem inutilizou as estampilhas, ou a data e o numero da verba, si não estiver sujeito áquelle modo de pagamento.
- **Artigo 5.º** Dos contractos em que houver disposições dependentes ou que se dirivem necessarimente uma das outras é devido o sello proporcional de um dos valores, sendo eguaes, ou do maior si não o forem.

No caso de conterem varias disposições que não se derivem umas das outras necessariamente, pagar-se-á o sello da importancia dellas.

- **Artigo 6.º** Os titulos de nomeação e outros que dêm direito ao vencimento de 200\$000 para cima, estão sujeitos ao sello proporcional da tabella A § 4.º ns. 1 a 6 a 8
- **Artigo 7.º** No caso de ser augmentado o vencimento do empregado e havendo promoção ou transferencia, o sello é sómente devido da melhoria sobre a importancia cujo sello tenha sido pago.
- **Artigo 8.º** O sello das nomeações para logares sem vencimentos dos cofres publicos deve ser pago antes da posse ou do exercicio dos nomeados. O dos titulos de emprego ou mercê, cujo vecimento, no todo ou em parte, fôr abonado pelos ditos cofres, arrecadar-se-á:
- **1.º -** Por desconto das folhas, sendo 5% do vencimento total em doze prestações, no primeiro anno, e o resto das differentes taxas, si o houver no acto do primeiro pagamento.
- **2.º -** Antes do assentamento do titulo ou de pagar-se ao nomeado, si não depender de assentamento, estando sujeito á taxa de 2%.
- **Artigo 9.º** O sello é deduzido dos proventos do emprego em um anno, a titulo de ordenado, gratificação ou qualquer outro, sendo lotados os logares de vecimento variavel.

- § 1.º Deve ser pago, ainda que do accrescimo da renda não se passem novos titulos e qualquer que seja a fórma por que se expedir o acto da nomeação ou mercê; e havendo mais de um acto, far-se-á a cobrança à vista do que dér direito ao exercicio do emprego ou ás vantagens da concessão.
- § 2.º Os nomeados para servirem menos de anno, pagarão o sello correspondente ao tempo designado no titulo.
- **Artigo 10. -** Si um titulo contiver differentes mercês, de uma das quaes seja devido sello, pagará sómente o imposto daquella que estiver sujeita à maior taxa ou de uma dellas, si forem iguaes.

CAPITULO II

Dos titulos isentos do sello proporcional

Artigo 11. - São isentos:

- **1.º** Titulos de actos e contractos sujeitos ao imposto de transmissão de propriedades, quando não contenham estipulações independentes, de sorte que por si só constituem outros contractos sujeitos ao sello.
- **2.º** Bilhetes e outros titulos de credito, emittidos pelo Thesouro do Estado, excepto as letras ou ordens sacadas a favor de particulares para movimento de fundos entre repartições publicas.
- **3.º** O capital das sociedades de creditos real, as letras hypothecarias e suas transferencias.
- **4.º** Vales e recibos postaes.
- **5.º** Conhecimentos passados aos vendedores de generos e estabecimentos publicos e as contas dos fornecedores de generos para as mesmas repartições.
- 6.º Concordatas e moratorias commerciaes celebradas judicialmente.
- **7.º** Titulos e papeis lavrados e processados nos consulados das nações extrangeiras que não produzam seus effeitos no Estado.
- **8.º** Contractos de empreitada e os de locação de serviços em que o empreiteiro ou locador apenas forneça o proprio trabalho ou industria.
- **9.º -** Sentenças de desapropriação por utilidade ou necessidade publica da administração do Estado ou municipal.
- **10. -** Obrigações, cautelas de penhor e todos os actos relativos ás administrações das Caixas Economicas, Monte-pios, sde Piedade ou de Socorro, Sociedade de Soccorros Mutuos e o da Capital dos mesmos estabelecimentos.
- **11. -** Contractos de parceria celebrados com colonos.
- **12. -** Quitações de dinheiro proveniente de contractos, que tenham pago sello proporcional: exceptuadas as que comprehendam pagamento de juro ou de quantia não computada no titulo principal, as quaes pagarão o sello do accrescimo.
- **13. -** Transferencia de apolices e acções de companhias ou sociedades anonymas, em consequencia de transmissão por titulo oneroso ou gratuito, de que se tenha pago sello proporcional ou imposto de transmissão de propriedade.
- **14.** Tranferencia de apolices e acções de companhias ou sociedades anonymas e outros titulos para efeito de serem recebidos em penhor.

- **15. -** Não é devido sello dos endossos á ordem, sem declaração de "valor recebido ou em conta", nem dos passados até o dia do vencimento nos titulos, prazo, ou antes da apresentaçãom quanto aos paganeis á vista. Os endossos em branco reputam-se sempre "á ordem com valor recebido".
- **16.** A designação, classificação, remoção, tranferencia e nomeação de officiaes dos corpos de policia do Estado para commissões ou outros quaesquer serviços.
- **17.** As gratificações extraordinarias aos officiaes dos mesmos corpos, ás fés de officios e licenças em virtude de inspecção de saúde.
- **18.** As substituições temporarias entre empregados da mesmas repartição.
- **19. -** Nomeações de delegados, subdelegados de policia, supplentes e inspectores de quarteirão, quando esses cargos não sejam remuneradas pelos cofres do Estado.

CAPITULO III

Dos titulos isentos do sello fixo

Artigo 12. - São isentos:

- 1.º Concessão de terras publicas a voluntarios da Patria.
- 2.º Titulos de concessão de pennas de aguas.
- **3.º -** Livros das Caixas Economicas, Monte-pios, das Sociedades de Soccoros Mutuos, das casas de caridade e misericordia.
- **4.º -** Processos em que forem partes a Justiça, repartições do Estado ou municipalidades, seus traslados, setenças, mandados e quaesquer actos promovidos *ex-officio* em juizo; sendo, porém, pagas pelo réo, quando afinal condemnado, as certidões passadas *ex-officio*, no interesse da Justiça ou da Fazenda Publica Estadual ou Municipal.
- **5.º** Processos de desapropriação judicial promovidos por conta da União, das administrações Estadual e Municipal.
- **6.º** Processos de conselho de direcção, inquirição, disciplina, investigação e outros que se instaurarem nos corpos de policia e na guarda nacional.
- **7.º -** Recibos passados em titulos sujeitos ao sello proporcional; as differentes vias dos mesmos recibos e os menores de 25\$00, sendo sujeitos estes e aquelles ao sello devido quando sirvam de documentos em juizo e repartições publicas.
- 8.º Indice e appensos de livros commerciaes e outros sujeitos a sello.
- **9.º** O "visto" da autoridade policial nos passaportes extrangeiros, passaporte ou passe concedido ás embarcações brasileiras empregadas na pesca.
- **10. -** Approvação de estatutos e autorização para incorporar companhias que tenham por fim a pesca nos rios e no littoral do Estado.
- 11. Approvação de contractos e sociedades de colonização e immigração.
- **12. -** Certidões do termo de deposito feito pelos que requeiram patente de invenção.
- **13. -** Contra-fés das intimações judiciaes, requerimentos e papeis dos presos pobres, ordens para os mesmos sahirem das prisões, attestados e guias para sepultura de cadaveres.
- **14. -** Documentos do expediente das repartições do Estado e Municipaes, comprehendidos os conhecimentos das quantias que receberam; guias de deposito das mercadorias das quantias que receberem; guias de deposito das

mercadorias, nos entreposto, armazens e trapiches; bilhetes de sahida das mesmas mercadorias, recibos de objectos fornecidos para o expediente e o de quantiias transportadas pelo correio.

CAPITULO IV

Do sello de estampilhas

- **Artigo 13.** Haverá estampilhas com os padrões, desenhos e valores que o governo julgar convenientes.
- **Artigo 14.** O sello de estapilhas serve:
- **1.º -** Para as titulos que devem pagar taxa proporcional de conformidade com a tabella A §§ 1 a 3, exceptuando o capital e os titulos de obrigações ao portador das companhias e sociedades anonymas.
- **2.º** Para os titulos que devem pagar taxa fixa conforme a tabella B §§ 1.º, 3.º, 4.º, ns. 1 a 18; 6.º e 7.º, ns. 1 a 4.
- **Artigo 15.** Os papeis serão sellados, collocando-se a estampilha e inutilizando-a com data e assignatura escriptas parte no papel e parte no sello.
- § 1.º São competentes para inutilizar o sello:
- **1.º -** Nas letras de cambio e de terra o acceitante e nas que forem sacadas "á vista", ou sobre paiz extrangeiro o saccador.
- 2.º Nas que forem protestadas por falta de acceite o escrivão do protesto.
- **3.º -** Nas transferencias de apolices do Estado e acções e nas propostas para transferencia o tranferente.
- **4.º -** Nas apolices de seguro que não sirvam para renovação de contracto o segurador, ficando isentas do sello as letras de premio.Não se passando nova apolice nem letra, para renovar o contracto o significado do recibo do premio.
- **5.º -** Nos seguros, havendo a minuta de que trata o art. 666 do Codigo Commercial o segurador, applicando a estampilha na minuta.
- **6.º -** Nos contractos lavrados em notas e por termos judiciaes e em repartições publicas o contrahente que assignar em primeiro logar, collocado a estampilha.
- Não se declarando o preço total (art. 3.º n.11) o escrivão do sello inutilizará a estampilha nas ordens de pagamento expedidas pela repartição, onde se houver celebrado o contracto a autoridade que expedir a ordem para o pagamento, ou o carimbo da repartição.
- **7.º -** Nas facturas ou contas assignadas de generos vendidos o comprador; nos creditos e outros titulos de obrigações a pagar o devedor.
- **8.º -** Nos contractos de fretamento de navios ("cartas-partida" ou de fretamento) em que deve ser declarado o valor do frete o capitão ou o mestre do navio; nos conhecimentos de carga e dos passaportes ou passes das embarcações o signatario.
- **9.º -** Nas contas correntes, antes de ajuizadas o escrivão do sello ou qualquer dos signatarios.
- **10. -** Nas cartas de ordens e escriptas á ordem o signatario do recibo no titulo, caso não o tenha inutilizado o saccador ou o transferente, ou ainda o proprio saccador, si, por determinação do ultimo portador, tiver de creditar-lhe a importancia de ordem.
- 11. Nos titulos sujeitos ao sello proporcional, nos cheques sobre banqueiros

da mesma praça e nos recibos de 25\$000 para cima, ou sem declaração do valor - o signatario.

- 12. Nos titulos extrahidos de processos, das certidões, translados, publicas fórmas, traducções e outros documentos officiaes o tabelião ou escrivão, o empregado publico ou de corporação de mão morta que primeiro subescrever taes documentos. As certidões requeridas por pessôa residente em municipio diverso daquelle em que forem escriptas, não sendo solicitadas no prazo de 30 dias, serão transmittidas em officio registrada á estação fiscal onde residir, o supplicante, declarando-se antes da data e assignatura, a importancia do sello devido, afim de serem entregues depois de selladas, inutilizando a estampilha o escrivão do sello.
- **13. -** Nas procurações e substabelecimentos por instrumento publico, fóra das notas e nas "apud-actas" o tabellião ou escrivão.
- **14.** Nos autos judiciarios e administrativos, a parte que assinar os arrazoados, articulados ou allegações; nas falhas o escrivão do processo, antes de conclusão para a sentença final, ou interlocutora com força definitiva. Excetuam-se os de execução do Thesouro do Estado, cujo sello será inutilizado na quia para o pagamento da divida, pelo escrivão do sello.
- **15. -** Nos requerimentos o signatario ou autoridade a quem fôr presente; nos documentos que lhes forem appensos (si antes desse acto não eram obrigados ao sello) o signatario dos requerimentos, a auctoridade que os despachar ou o empregado que antes do despacho, lhes der andamento ou informação.
- **16. -** Nos testamentos e codicillos o escrivão que lavrar o termo de aceitação da testamentaria.
- **17. -** Nos titulos passados nas secretarias de Estado, nas do Congresso e nas Diretorias do Thesouro o escrivão do sello da estação a que forem remettidos, para a cobrança; nos que expedirem as secretarias dos Tribunaes e das Municipalidades os respectivos secretarios; sendo passados em outras repartições o signatario dos titulos.
- **18. -** Nas procurações por instrumento particular e nos documentos não especificados nos numeros antecedentes o signatario, e na falta deste o escrivão do sello ou o empregado a quem forem apresentados para produzir effeito.
- **19.** As Repartições Publicas, aos bancos, ás sociedades bancarias e ás sociedades anonymas é facultado inutilizar o sello por meio de carimbo que imprima o nome da repartição, do banco ou da sociedade e a data.
- **20. -** Quando houver mais de um signatario, inutilizará a estampilha o que assignar em primeiro logar.
- **Artigo 16.** Para completar a importancia da taxa devida poderão ser collocadas no titulo estampilhas do mesmo ou de diversos valores, contanto que não fiquem sobrepostas.
- **Artigo 17.** Não se consideram sellados os papéis com estampilhas em que haja datas, nomes e dizeres estranhos aos que devem conter para serem legalmente inutilizadas, que tenham signaes, rasuras, emendas e borrões, ou que estejam sobrepostas.
- **Artigo 18.** Quando algum acto tiver pago taxa inferior á devida, com o sello inutilizado por pessoa competente e houver outra que tambem o seja, poderá esta applicar e inutilizar a estampilha no valor que faltar.
- **Artigo 19.** As estampilhas serão vendidas nas repartições encarregadas da cobrança do imposto e pelos estabelecimentos e casas particulares

auctorizadas pelo Thesouro do Estado, cabendo a estes a porcentagem de 2% que será deduzida no acto do recebimento nas Estações arrecadoras.

CAPITULO V

Do Sello de verba

- Artigo 20. Devem ser sellados por verba:
- 1.º Os papéis não sujeitos ao sello de estampilhas.
- **2.º** Aquelles em que não se empregar o sello de estampilhas, por não havel-o na estação do logar em que os actos e contractos se passarem ou em que possam ser sellados, sendo isto declarado pelo escrivão do sello que lançar a verba.
- 3.º Os titulos cujo imposto execeder ao marcado na estampilha de maior valor, si o contribuinte não proferir o modo de pagamento facultado no artigo 15.
- **4.º** Os passados fóra do Brasil e nos consulados das nações estrangeiras, quando tenham se ser apresentados a qualquer autoridade ou repartição publica, excepto as lettras de cambio, acceitas ou protestadas no Estado.
- 5.º Os que incorrerem em multa na conformidade do Cap. 8.º.
- **Artigo 21.** Exceptuam-se da disposição do artigo antecedente: Os titulos de nomeação que pagarem por desconto, devendo porém o thesouro certifical-o nos proprios titulos, si lhe forem apresentados para esse fim, depois de satisfeita a ultima prestação, sendo este certificado isento do sello.
- **Artigo 22.** O imposto de sello será arrecadado nas Recebedorias, Colletorias, Mesas de Rendas e Agencias. Nos casos em que é permittido o sello de verba, arrecadar-se-á também:
- § 1.º Os dos papéis e documentos sujeitos ao sello fixo, que se expedirem e processarem ante os juizes de Paz e as auctoridades policiaes do logar em que não houver alguma das Estações, pelos respectivos Escrivães.
- § 2.º O das loterias, pelo Thesoureiro, que o entregará ao Thesouro ou Estado fiscal do logar da extracção, até o dia em que esta se realize, com uma guia em duplicata, uma das quaes ficará archivada para os fins convenientes.
- **Artigo 23.** O pagamento do sello constará de uma verba rubrificada pelo Recebedor e Escrivão, contendo o numero do assento do livro da receita, o valor da taxa em algarismo e por extenso, e o nome do logar da data.
- **Artigo 24.** Quando se houver pago taxa inferior á divida e o titulo ainda for apresentado em prazo legal, cobrar-se-á a differença somente, lançando-se no livro de Receita e na verba as letras Dif. -
- **Artigo 25.** A verba do sello, nos titulos lavrados em livros de notas das repartições publicas e nos de transferencias de acções de companhias, lançarse-á uma nota circumstanciada, assignada por qualquer dos interessados ou pelo Tabellião, empregado ou Corretor, mencionando-se no acto, que só á vista desta nota se poderá lavrar o numero, a quantia e a data do sello.
- **Artigo 26.** O numero de folhas dos livros levados ao sello será declarado na primeira ou na ultims folha por quem delles se deva servir.

CAPITULO VI

Do tempo em que se paga o sello de verba

- **Artigo 27.** Os contractos que devem ter o sello proporcional não serão lavrados em livros de notas de repartições publicas e companhias ou sociedades anonymas, sem ter-se pago a taxa na forma do artigo 26.
- § 1.º Os que forem lavrados em autos judiciaes ou officialmente fóra delles não serão assignados ou subescriptos pelo Escrivão ou official competente sem que estejam sellados.
- § 2.º Os que forem por particulares a onde houver repartição arrecadora do sello ou deste logar distante 12 kilometros, pagarão imposto dentro de 30 dias da data, concedendo-se mais 30 dias par cada nova distancia de 12 kilometros; salvas porém as disposições seguintes:
- **1.a** Nas letras de cambio e da terra, saccadas a dias ou mezes de vista, conta-se o prazo para o sello, da data do acceite.
- 2.ª Os saldos de contas correntes pagarão o sello antes de ajuizados.
- **3.ª** Os titulos a prazo menor de trinta e um dias, serão sellados até a vespera do vencimento.
- **4.ª -** Nenhuma obrigação poderá ser solvida, sem que esteja devidamente sellada.
- § 3.º O sello do capital das companhias ou sociedades anonymas, pagar-se-á no prazo de 30 dias depois de findar o termo para a realização de cada chamada; e o dos "debentures" antes de começar a emissão ou entrega delles, lançando-se a "verba" em guias assignadas pelo Director ou Gerente da Companhia.
- § 4.º O das notas ao portador e "á vista" será pago no mez de Julho de cada anno, até o dia 30, sendo averbado em guia do Director ou Gerente do respectivo Banco.
- § 5.º O das cartas de fretamento, antes do desembaraço do navio averbandose no despacho maritimo em que o Capitão declare a importancia do frete.
- **Artigo 28.** Os papeis sujeitos ao sello fixo serão sellados:
- **1.º** Os autos judiciaes, antes da conclusão para a sentença final ou interlocutoria com força de definitiva.
- **2.º** Os titulos extrahidos de processos, certidões e outros documentos officiaes, antes de subscriptos.
- 3.º Os cheques e mandatos antes de pagos.
- 4.º Os conhecimentos de carga dentro de oito dias da data.
- **5.º** Os testamentos e codicillos antes de subscripto o termo de acceitação, testamentaria.
- **6.º** Os requerimentos antes de despachados.
- **7.º -** Os recibos de 25\$000 réis para cima, ou sem declaração de valor, dentro de trinta dias da data.
- 8.º Os outros papeis asignados por particulares, antes de juntos aos autos e a

requerimentos ou de apresentação á auctoridade ou official publico para produzirem effeito.

9.º - Os livros, antes de começar-se nelles a escripturação.

CAPITULO VII

Da fiscalização

- **Artigo 29.** As estações encarregadas da cobrança do sello não poderão fazer exame em cartorio ou em repartições, para averiguarem faltas de pagamentos; devendo no caso de infracção requisitar das auctoridades locaes certidões ou exames para procederem contra os infractores.
- **Artigo 30.** Os delegados, subdelegados e Juizes de paz são fiscaes do procedimento de seus escrivães, como recebedores do sello.
- **Artigo 31.** O Juiz, chefe de repartição publica, ou qualquer auctoridade estadual ou municipal a quem fôr presente algum processo administrativo ou judicial, no qual existam papeis que não tenham pago o sello devido e nos prazos legaes, exigirá, por despacho no mesmo processo, antes de se lhe dar andamente, que a falta seja supprida.
- O julgamento dos processos criminaes, policiaes e administrativos em qualquer instancia não será retardado por falta de sello, que pode ser pago pelo interessado no andamento dos processos, ficando todavia dependentes do sello os effeitos dos despachos.
- **Artigo 32.** Os directores ou gerentes de sociedades anonymas são obrigados a apresentar, quando o chefe da estação fiscal o exigir, os titulos de nomeação dos respectivos empregados, considerando-se verificada a hypotese do artigo 42 § 2.º no caso de recusa.
- **Artigo 33.** Os contractos ou estatutos commerciaes não serão recebidos na junta Commercial, sem que conste delles o pagamento do sello do Capital.
- **Artigo 34.** As auctoridades, os empregados, os Juizes, os Trabelliães os officiaes publicos a quem fôr presente titulo ou papel sujeito á multa, ou de onde conste alguma das estação fiscal, ou a quem competir proceder sobre elle, nos termos do artigo 45.
- **Artigo 35.** As decisões serão dadas por despacho no proprio titulo, no requrimento da parte ou na communicação official.
- **Artigo 36.** Si o contribuinte não pagar logo o imposto ou si houver multa, serlhe-á, não obstante, devolvido o titulo, ficando para os effeitos legaes copia authentica do mesmo e do despacho nelle conferido.
- § 1.º De autos e escriptos lavrados e registrados em livros de Cartorio e repartições publicas e de papeis de grande volume não se extrahirá a cópia, mas sim extracto contendo os factos justificados da decisão.
- § 2.º Este artigo, não é aplicavel aos titulos e papeis de que trata o artigo 43, os quaes, decidida definitivamente a questão da auctoridade admnistrativa, serão enviados a quem de direito para instauração do processo criminal.

CAPITULO VIII

Das multas

- **Artigo 37.** Os papeis não sellados em tempo ou que o tenham sido com taxa inferior á devida, ficam sujeitos a uma multa de 20 a 50 por cento sobre a importância não paga.
- **Artigo 38.** Os papeis em que estampilha não inutilizada de conformidade com disposto no artigo 15, ficarão sujeito a uma multa de 10 a 25 por cento; sendo as multas de que trata este e o artigo procedente, arbitradas pelo chefe da estação arrecadadora do sello.
- § 1.º Os titulos sem prazo e os passados á vista, consideram-se vencidos, para os effeitos deste artigo no dia em que forem pagos, protestados e ajuizados.
- § 2.° Aos titulos sem data, ou que a tiverem emendada, sem que no mesmo papel tenha o proprio signatario rectificada a emenda, applicar-se-á a disposição relativa aos não sellados em tempo, exceptuados aquelles cujo prazo para o sello não se contar da data.
- **Artigo 39.** As multas terão por base o valor do sello que deverá ser pago ainda quando diminuido por quitação ou outro meio legal.
- **Artigo 40.** As disposições dos artigos 37 a 39; se referem unicamante aos titulos da Tabella A § § 1 a 3; Tabella B § § 1, 2 e 4, ns. 1 a 3; 5.° ns. 1 a 9 e 6.° ns. 1 a 6.
- **Artigo 41.** Ficam sujeitos á multa de 5\$000 a 25\$000 os empregados na arrecadação do sello que receberem ou lançarem no livro da receita taxa maior ou menor de que a devida.
- Artigo 42. Incorrem na multa de 10\$000 a 50\$000 réis:
- § 1.° Os juizes que senteciarem autos, assignarem mandados e quaesquer instrumentos e papeis que não tenham pago o sello devido de accordo com este regulamento.
- § 2.° O juiz, a auctoridade civil ou municipal, o chefe de corporação de mão morta, o director de sociedade anonyma que dér posse ou exercicio, a empregado, sem que o titulo de nomeação esteja esteja sellado.
- § 3.° O chefe da repartição publica, juiz ou outro funccionario que assignar contractos e nomeações, attender officialmente, despachar requerimentos ou papel instruido de documentos não sellados, fizer guardar ou cumprir ou que produza effeito titulo ou papel sujeito ao sello, sem que o tenha sido pago.
- **§ 4.°** O official publico que lavrar contracto, subscrever ou registrar papel sujeito ao sello sem previo pagamento deste.
- § 5.° O thesoureiro que fizer extrahir loteria antes de pagar o sello.
- **Artigo 43.** Ficam sujeitos á multa de 40\$000 a 200\$000:
- § 1.° Os que falsificarem o sello ou empregarem estampilha falsa ou de que se tenha feito uso e os que escreverem verba falsa.

- § 2.° O escrivão ou empregados nas estações do sello que ante datar ou alterar a verba com o fim de evitar o pagamento da multa.
- **Artigo 44.** O que negociar, acceitar ou pagar letras de cambio ou da terra, escripto á ordem, cheque ou nota promissoria, antes de pago o sello em tempo ou a multa quando devida, será sujeito á multa de 5% do valor da letra, escripto ou nota.
- **Artigo 45.** O que vender estampilhas sem autorização do Thesouro do Estado, perderá o valor das que forem encontradas e incorrerá na multa de 20\$000 a 100\$000 réis, e no caso de reincidencia o dobro da multa. O que vendel-as por preço superior ao da respectiva taxa, pagará a multa de 100\$000 a 200\$000 réis, e o dobro na reincidencia.

Artigo 46. - As multas serão impostas:

- 1.°) Pelas recebedorias, mesas de rendas e collectorias, cada uma em relação aos papeis que nellas possam sellar, a quaesquer infractores que não sejam auctoridades civis ou militares, vereadores, chefes de repartições publicas, quando procedam em razão de seus cargos.
- **2.°)** Pelo Presidente do Estado ás respectivas auctoridades e funccionarios, comprhedendidos nas excepções do numero antecedente.

CAPITULO IX

Dos recursos e das restrições

- **Artigo 47.** Das decisões proferidas pelas estações arrecadadoras caberá recurso voluntario para o Thesouro do Estado e deste para o Governo do Estado, devendo o chefe de taes estações recorrer *ex-officio* com effeito suspensivo dos despachos favoraveis ás partes, quando versarem sobre a restituição de importancia superior á quantia de 500\$00 réis.
- **Artigo 48.** Os recursos tanto voluntarios como *ex-officio* serão interpostos dentro de 30 dias, contados da data da intimação ou publicação do despacho.
- Artigo 49. O sello de verba devidamente arrecadado, restituir-se-á:
- 1.°) De nomeação que não se tornar effectiva pelo exercicio do emprego.
- **2.°)** De nomeação para emprego, cujo exercicio cessar antes de terminado o primeiro anno, restituindo-se a quota correspondente ao que faltar para completar o dito anno.
- 3.°) De acto ou contracto que não se effectuar.
- 4.°) De contracto nullo, se a nullidade fôr absoluta.
- **Artigo 50.** O sello de estampilha em nenhum caso será restituido; ficando salvo á parte o direito de indemnização pelo funccionario que em razão do cargo, applicar a algum papel, estampilha de maior valor do que o devido ou cujo imposto deva ser pago por verba.

CAPITULO X

Disposições Geraes

Artigo 51. - O deposito central das estampilhas será no Thesouro do Estado.

Artigo 52. - O Thesouro fará a distribuição das estampilhas ás recebedorias, mesas de rendas e collectorias encarregadas da venda dellas, mediante pedido

dos cofres taes repartições.

Artigo 53. - Os vendedores particulares de estampilhas, que tenham autorização do Thesouro do Estado, fornecer-se-ão por meio de compras nas rapartições encarregadas da venda dellas, em valor nunca inferior a 500\$000 réis, tendo direito á comissão de 2% deduzida do valor das estampilhas no acto da compra.

Artigo 54. - Haverá no Thesouro do Estado um registro de onde conste o anno e o mez em que começou a distribuição para a venda das estampilhas de cada valor, com designação dos signaes caracteristicos por que se destingam.

Artigo 55. - O valor do sello e multas que não fôr pago voluntariamente será arrecadado pelos chefes das repartições arrecadadoras, por meio executivo.

Artigo 56. - Os infractores deste Regulamento são solidariamente responsaveis pela importancia das multas, tendo porém direito regressivo uns contra os outros, na ordem da responsabilidade contrahida. Os funccionarios responderão somente pelas multas, quando procederem em razão de seus cargos.

Artigo 57. - Serão admittidas denuncias sobre as infrações deste Regulamento, cabendo ao denunciante metada das multas.

Artigo 58. - Os escrivães, os empregados, as sociedades, o thesoureiro das loterias e quaesquer outros ficam sujeitas ás penas do art. 43 da Lei Geral n.514 de 28 de outubro de 1848 pela indevida detenção de procucto do sello.

Artigo 59. - O producto arrecadado nos termos do art. 22 § 1.º será remettido no fim de cada semestre pelos escrivães, com a competente guia á estação fiscal do districto, tendo elles por este encargo a commissão de 5% do mesmo producto.

Artigo 60. - Não se retardará em qualquer instancia o julgamento dos processos criminaes, policiaes e administrativos por falta de sello, que será pago pelo interessado no andamento do processo.

Artigo 61. - Este Regulamento entrará desde já em execução provisoriamente e será submettido á approvação do Congresso do Estado, que fará as alterações que julgar convenientes.

Artigo 62. - Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, em 26 de dezembro de 1891.

J. A. DE CERQUEIRA CEZAR.

TABELLA A

DOS PAPEIS SUJEITOS AO SELLO PROPORCIONAL

§ I - DIVERSOS

Sello de estampilha

- 1 Letras de cambio e da terra sacadas no Estado.
- **2** Letras de cambio e da terra sacadas em paiz extrangeiro, sendo acceitas, protestadas ou exequiveis no Estado.
- 3 Cartas de " ordens" e escriptos "á ordem".
- 4 Facturas ou contas assignadas.
- 5 Contas correntes de commerciante, a commerciante, ou de commissArio a

committente, assignadas ou reconhecidas pelo devedor do saldo, quando tenham de ser ajuizadas.

- 6 Creditos ou titulos de emprestimos em dinheiro.
- 7 Escripturas de hypothecas.
- 8 Contractos, dissolução, distracto ou liquidação de sociedades.
- **9** Contractos de arrendamento, locação ou outro qualquer que transmitta o uso e goso de bens moveis, immoveis e semoventes.
- 10 Titulos de obrigações ao portador (debentures) das sociedades anonymas.
- **11** Titulos de transferencia de propriedade ou de uso-fructo não sujeitos ao imposto de transmissão de propriedade.
- **12** Contractos de fiança por escriptura pública ou particular e por termos lavrados em juizo ou repartição publica e estadual.
- 13 Cartas de credito e abono.
- 14 Titulos de deposito extra-judicial.
- **15** Endossos dos titulos sem prazo certo, os passados depois do vencimento, nos que tiverem prazo e nos que forem sacados á vista, sendo apresentados ao pagamento.
- 16 Ordens para entrega de bens de orpham casada sem licença.
- 17 Papeis em que houver promessa ou obrigação de pagamento sob qualquer fórma; os que contiverem distracto, exoneração, subrogação, garantia ou liquidação de somma e valores:

Até	o v	alor	de	200\$	000 réis	\$200
De	mais	de	200	até	400\$000 réis	\$400
					600\$000 réis	\$600
D. 125-00-00					800\$000 réis	\$800
					1:000\$000 réis	

Assim por diante, cobrando-se mais 700 réis por conto ou fracção de conto. Observação: - " O sello do capital e dos titulos de obrigações ao portador das sociedades anonymas é pago por verba".

§ II - FRETAMENTO DE NAVIOS

Sello de estampilha

Frete:

Até	0	valor	de	5003	\$000			\$800
De	mai	s de	500\$0	000	até	1:000\$000		1\$000
							0	

Assim por diante, cobrando-se mais 1\$000 por conto ou fracção de conto. Sendo fretado o navio para paiz extrangeiro, ou sem declaração de valor, pagar-se-á o dobro desta taxa.

§ III - CONTRACTO DE SEGUROS, ESCRIPTURAS OU LETRAS DE RISCO

Sello de estampilha

Premio:

		réis 50\$000 réis	
De mais de 5	0\$000 até 10	0\$000 réis	2\$000
De mais de 1	100\$000 até	150\$000 réis	3\$000

Assim por diante, cobrando-se mais 700 réis por 50\$000 ou fracção de 50\$000.

§ IV - MERCÊS PECUNIARIAS

Comprehendidos neste § os novos direitos por diversas mercês e emolumentos nos termos do § 2.º do art. 10 da lei n.15, de 11 de novembro de 1891.

Sello por desconto

abonados pelos cofres do Estado

6%

Observação: - "O augmento de vencimento, accessos e promoções estão comprehendidos na segunda taxa do n. 1".

Sello de verba

3.°	Nomeação para servir emprego interinamente, por menos de um anno ou em commissão com vencimentos pelos cofres do Estado	5%
4.0	municipalidades e sociedades anonymas	6%
5.0	de Justiça, sobre a respectiva lotação, na proporção do n. 1.º deste §	
6.0	Titulos de nomeação interina ou provisoria de serventuarios de officios de Justiça, conforme a lotação annual	2%
7.°	200\$000	\$400
8.0	Os de emprego effectivo com vencimento diario, calculado o de um anno.	

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, em 26 de Dezembro de 1896. J. A. DE CERQUEIRA CEZAR

TABELLA B

DOS PAPEIS SUJEITOS AO SELLO FIXO

1.º CLASSE

Actos que pagam o sello conforme a dimensão do papel

§ I - PAPEIS FORENSES E DOCUMENTOS CIVIS

Sello de estampilha

1	Autos processados em qualquer juizo	
2	Sentenças extrahidas dos processos, incluidos os formaes de partilhas	
3	Requerimentos e memoriaes dirigidos a qualquer autoridade	
4	Escriptos particulares ou por instrumento publico fóra das notas em que, directa ou indirectamente, se não declare valor	
5	Cartas testemunhaveis, precatorias, avocatorias, de inqui- rição, arrematação e adjudicação	
6	Provisões de tutela e as não especificadas	
7	Instrumento de dia de apparecer, de posse, de protesto e outros fóra das notas	\$200
8	Editaes e mandados judiciaes	
9	Procurações e "apud-actas", não contendo clausula que	
••	torne exigivel o sello proporcional	
10	Attestado	
11	Testamentos e codicillos Compromissos e estatutos de sociedades	
12	Contractos, titulos ou documentos não especificados dos	
13	quaes não seja devido sello proporcional, nem mais de 200 réis de sello fixo	
14	Certidões e copias não designadas nesta tabella, translados e publicas formas	
Sei	ndo extrahidos de livros, processos e documentos de reparti- ções publicas, e os actos subscriptos por empregados que não percebam custas ou emolumentos, pagarão mais:	
De	rasa, por linha	\$050
	busca, por anno	\$500

Observações:

- 1.ª " O sello de 200 réis é devido por meio folha de papel, toda escripta ou em parte, não excedendo de 33 centimetros de comprimento e 22 de largura. Excedendo qualquer destas medidas, pagará o dobro".
- 2.ª "Não é permittido escrever em meia folha de papel dous ou mais actos, salvo pagando o sello de cada um; excepto os estabelecimentos a que se refere o n. 9 deste paragrapho, escriptos na meio folha de procuração, as certidões e os attestados na do requerimento de firmas, lavradas na de acto que contenha a assignatura reconhecida".
- 3.ª "Da somma correspondente á rasa, despreza-se a quantidade menor de 100 réis quando haja e não se receba menos de 1\$000".

- 4.ª "Da contagem de busca são excluidos o anno em que o livro, processo ou documento se considerar findo, ou pelo ultimo acto nelle escripto, ou por ter cessado de servir continuamente, e o anno em que se pedir a certidão".
- 5.ª "Designado a parte o tempo no requerimento, só haverá busca dos annos declarados, guardada disposição antecedente".
- 6.ª "Ainda que duas ou mais pessoas requeiram a certidão, é devido o sello de uma só busca. Haverá, porém, a importancia de tantas buscas, quantos os objectos de que se pedir a certidão".

§ II - LIVROS

Sello de Verba

1	Livro de notas, procurações, protocollo das audiencias, en- trega dos autos aos Julzes, apontamentos de letras e re- gistro de tabeliães e escrivães de qualquer Juizo	
2	Do cofre dos orphams	
3	Dos termos de bem viver, segurança e ról dos culpados	4
4	Dos hospitaes e corporação de mão morta	ł
5	Dos distribuidores	
6	Dos depositarios publicos	1
7	Protocollo do Registro Geral	100 reis
8	Dos termos de venda de substancias venenosas além do § 6.º n. 1	100 Tels
9	Os que devem ter os commerciantes, as companhias anonymas, agentes de leilões e administradores de armazem de deposito ("Codigo Commercial; arts. 11, 13, 57, 71 e 88, e Decreto n. 8150 de 4 de novembro de 1882, art. 7.º, § 3.º, além do sello do § 5.º n. 19")	<u> </u>

Observações: - "O sello marcado neste paragrapho é devido por folha de livro que não exceda de 33 centimetros de comprimento e 22 de largura, excluidas as folhas addicionadas para indice ou qualquer fim diverso. Excedendo qualquer destas medidas, pagará o dobro da taxa correspondente".

2.a - CLASSE

Actos que pagam imposto conforme seu objecto

§ III - TERRAS PUBLICAS E OUTRAS

	Titulos de legitimação de posse ,conforme a lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, art. 5.°	5\$000
Ten	do o quadrado mais de 1.100 metros por lado, cobre-se este sello tantas vezes, quantos forem os quadrados daquelle numero de metros, excluidas as fracções, ou 1.210.000 metros quadrados (eguaes a 500 braças de face) pagam 5\$000 e assim por deante nesta proporção.	2/9.5 True (2000/20)
	Titulos de revalidação de sesmaria e outras concessões a que se refere a citada lei	6\$000
	Titulos de emphyteuse e concessões de terras, além do sello proporcional do termo do contracto	15\$000
§ IV - PA	ASSAPORTES E ACTOS RELATIVOS A EMBARCAÇÕES	
	Sello de estampilha	
	Passaportes concedidos pelas Secretarias ou Delegacias de Policia, por pessoas ou familias	5\$000
	Recebedorias do Estado, além do despacho de embarcações Cada via de conhecimento de carga	\$200 \$200

Sello de estampilha

§ V - DIVERSOS

1	Cheques e mandados ao portador ou á nessoa determinada, para serem pagos por banqueiro na mesma praça	\$100
2	Decihos narticulares e outras declarações de pagamentos	88 4 .0000.00
	effectuados, qualquer que seja a forma que expresse o recebimento de 25\$000 ou mais	\$200
29	Recibos passados sem declaração de valor, salvo provando que se referem a quantia menor de 25\$000	
4	Recibos passados por banqueiro e commerciante, de som- mas depositadas em conta corrente, ou retiradas por conta de creditos abertos em contas correntes commerciaes	\$200
	Primeiras vias de notas, pelas quaes se fizerem despachos de qualquer natureza nas Recebedorias e Mesas de Rendas, exceptuadas as que disserem respeito a despachos livres de generos ou mercadorias exportadas pelas repartições publicas Guias de mundança de residencia	
6	Portarias expedidas pelas Secretarias de Policia, não men-	
7	cionadas no seguinte numero	2\$200
8	Portarias ou alvarás dirigidos aos administradores de Casa	
	de Detenção e depositos policiaes: Para sahida de qualquer preso, em geral Para sahida de pessoa recolhida em custodia, ou de preso	3\$200
	por infracção de postura	1\$700
	Sendo expedidas pela Secretaria de Policia, mais	2\$000
9	Titulos de matricula a conductor de vehículo, pela Secre- taria de Policia	3\$200
10	to the second of	\$200
10 11		4\$000
12	Provições de caução do de "opere demeliendo"	40\$000
13	Termos de entrada e sahida, nos livros do corre de depo-	
10000	sitos publicos	1\$500
14	Verbas de embargo e penhores dos mesmos depositos	\$700
15	Portarias concedendo "exequatur" ás sentenças e preca- torias de jurisdicção extrangeira que devem ter execução	100000
	no Estado	10\$000
16	Notas de archivamento de contractos e distractos de so-	
	ciedades e do registro de marcas, nas Juntas e Inspectorias Commerciaes	5\$000
	Verbas de registro de transferencia das patentes de privi-	CONTROL OF STREET
17	legio	1\$000

20809	Copias de mappas ou diagrammas, mandados levantar pelo Governo ou á elle pertencentes: por dia de trabalho de de- senhista — 48 até o maximo de	18
	Loterias; conforme o numero de bilhetes declarado no res- pectivo plano, e ainda quando divididos por séries, cada um	19
\$15	que represente um numero	90
80\$00	rem ou legitimados ou adoptados	
60800	Cartas de supprimento de edade, tantas vezes quantas fo- rem os menores	21
14800	:	22
	는 마음을 보고 있는데 있다면 하다면 하다면 하면 하는데 하는데 하는데 하면 하는데 하면 하는데	23
		24
150\$00	Bancos e Companhias de Seguros	
90800 120\$00	mento de generos alimenticios Outras companhias mercantis ou industriaes	
60\$00	Sociedades de beneficiencia autorizada pelo Presidente do Estado	
	Cartas de autorização e de approvação de estatutos de com- panhias nacionaes que sejam Monteplos, Montes de Soccorro ou de Piedade, Calxas Economicas, Sociedades de Seguro Mutuo, de Credito Real e as que tiverem por objecto o	25
150\$0	commercio ou o fornecimento de generos alimenticios	
120\$0	Sendo as concessões feitas a sociedades de beneficencia	
	Observação: — Dando-se a autorização por acto distincto do da approvação dos estatutos, cobrar-se-á de cada um metade deste sello.	
380	Termos de abertura e encerramento nos livros do Commer- cio, a que se rerefem os ns. 9, 10 e 11 do § 2.º desta Tabella	26
2-32		27
24\$00	pobre o agraciado	28
1480	Aviso ou portaria do Governo do Estado	46
4\$00	De outras autoridades	
200	De ounds autoridades	

Observações: - Nas mêrces acima não estão comprehendidos:

- 1.º Os avisos e portarias que ordenarem pagamento de vencimentos, "ajuda de custo, gratificações provenientes de contracto ou destinadas a remunerar serviços extraordinarios".
- 2.º "Os que communicarem decisões de recursos".
- 3.º "Os que versarem sobre matriculas em faculdade, aulas de instrucção secundaria ou concessão de dispensa de exame de habilitação para qualquer fim".
- 4.º "Os expedidos a favor de praças de pret dos Corpos de Policia e de Bombeiros ou em beneficio de presos pobres".
- 5.º "Os que ordenarem pagamento aos empregados, pelas Estações fiscaes dos logares em que residirem".
- 6.º "Os que ordenarem pagamento de divida passiva do Estado, de qualquer natureza".

7.º - "As quitações passadas aos responsaveis do Estado".

§ VI - LICENÇAS E DISPENSAS

Sello de estampilha

	1 Licenças concedidas pelas autoridades sanitarias, para botica, fabrica de aguas mineraes e venda de substancias	
	venenosas	20\$000
	2 Para, casas de emprestimos sobre penhores	20\$000
	3 Para faiscar em terrenos diamantinos	2\$200
	4 Concedidas pelo Presidente do Estado e outros funccio- narios:	
	Até 3 mezes	4\$000
	Por mais ou sem declaração de tempo	8\$000
	"Devem ser sellados antes do — cumpra-se, — e não de- pendendo do "cumpra-se", antes de produzirem effeitos"	
	5 Das Intendencias Municipaes	2\$000
	6 Licenças e Alvarás não especificados	4\$000
	Sello de verba	
7	- and and the street of confection per office de 1 ones	90\$000
8	Por outras autoridades policiaes	60\$000
	Concedida pelo Chefe de Policia	70\$000
	Por outras autoridades policiaes	50\$000
9	Licenças de lapso de tempo a funccionarios publicos para	
	assumirem o exercicio dos respectivos cargos	5\$000
10	Dispensas de lapso de tempo concedidas pelo Governo do	
	Estado referentes a contractos, privilegios e outros	60\$000
11		202000
	casamento	60\$000

§ VII - TITULOS COMMERCIAES E DE AGENTES AUXILIARES DO COMMERCIO

Sello de estampilha

1	Nomeação de guarda-livros	10\$000	
	De auxiliar commercial	τοφούο	
3	Carta de rehabilitação de commerciante	40000	
4	Alvará de moratoria a commerciante	4\$000	

Sello de verba

5 Cartas de commerciante matriculado	240\$000 130\$000 130\$000 120\$000
9 De despachantes de mesas de rendas e seus ajudantes 10 De caixeiros despachantes das mesmas	. 20\$000
§ VIII - NOMEAÇÕES DIVERSAS	
Sello de verba	
 Presidente do Tribunal de Justiça Reconducção de Presidente do Tribunal de Justiça Supplentes de juizes substitutos e municipaes Reconducção não especificada, remoção de emprego ou novo titulo para continuação de exercicio, sem melhoria 	30\$400 . 2\$000
de vencimentos	(1)
(200\$000) 6 Patentes de official da Guarda Nacional, quer de effecti vidade, quer de reforma ou de passagem activa para a reserva e vice-versa:	. \$400 -
Commandante superior ou coronel Tenente-coronel Major Capitão e subalterno	. 300\$000 . 250\$000
7 Nomeação do escrevente juramentado	. 10\$000

§ IX - DIPLOMAS SCIENTIFICOS E TITULOS DE HABILITAÇÃO

Sello de verba

1	Carta de doutor e bacharel concedida por Academia do		
	Estado	200\$000	
2		200\$000	
3	Carta de pharmaceutico, idem	50\$000	
4	Carta de engenheiro civil, geographo, de minas e indus-		
-	trial, idem	50\$000	
5	Carta de dentista e parteira, idem	20\$000	
6	Outros titulos de habilitação scientifica e de profissão, idem Observações:	20\$000	
1 a	"No sello das cartas de piloto e machinista, não se comprehe	m.d 00	
••	nolumentos devidos ao secretario e membros da commissão exami-		
	nadora".	exami-	
2.ª	"As apostillas nos titulos scientíficos, conferidos por estabeleciment		
	extrangeiros, facultado aos titulados o exercicio da profissão	no Es-	
	tado, pagarão o sello estabelecido para os diplomas passados	no Es-	
	tado".	110 110	
7	Titulos de capacidade para o ensino de qualquer ramo de		
	instrucção secundaria, comprehendida a licença para exer-		
	cicio da profissão	20\$000	
8	Idem para o ensino primario, idem	15\$000	
9	Provisão para advogar a quem não seja formado em al-	STATE OF THE PROPERTY.	
1000	guma das faculdades de direito do Brasil, sem fixação de		
	tempo:		
	Na Capital do Estado	300\$000	
	Nas outras cidades e villas	180\$000	
	Sendo provido temporariamente cada anno ou por menos		
	de anno	10\$000	
	Provisão de solicitador nos auditorios, sem fixação de		
	tempo:		
		60\$000	
		60\$000	
	Sendo temporaria, cada anno ou por menos de anno	4\$000	
	550 W 100 PH 100 PH 100 PH		

§ 10 - PRIVILEGIOS

Sello de verba

1 Patente de privilegio de invenção e confirmação das con-	
cedidas por governo extrangeiro	40\$000
2 Certidão de melhoria em taes privilegios	20\$000
3 Diploma de privilegio a que não seja de invenção:	
Até 10 annos	200\$000
Por mais até 20 annos	600\$000
Por mais de 20 annos	1:000\$000

Observações: - Deve ser pago este sello ainda quando o privilegio seja declarado nos contractos ou estatutos.

Palacio do Governo do Estado de S. Paula, em 26 de dezembro de 1891.

JOSÉ A. DE CERQUEIRA CEZAR.